



Casa dos Conselhos e Comissões
"Augusto Angelo Zanatta"
Avenida Koeler, 260 - Centro
CEP: 25685-060 - Petrópolis - RJ
TELEFONE: (24) 2246-9077 – 2249-4300
E-MAIL: casadosconselhos@petropolis.rj.gov.br



Conselho Municipal de Cultura
Petrópolis - RJ

ATA JUNHO/2020 - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Cultura, realizada de forma *on-line*, no dia 08 de junho de 2020, às 18 horas.

1 Aos oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte, às dezoito horas, pela plataforma Jitsi
2 Meet de videoconferência, sob a presidência de Diana Iliescu, representante titular do
3 segmento de audiovisual, reuniu-se o Conselho Municipal de Cultura, com a presença dos
4 conselheiros representantes do Instituto Municipal de Cultura e Esportes, Maria Luísa Rocha
5 Melo, Marcos Pinho e Leonardo Cerqueira, contando ainda com as seguintes outras presenças:
6 conselheiro Elie Mikail, representante do segmento de teatro; conselheira Aline Castella,
7 representante suplente do segmento audiovisual; conselheira Lilia Olmedo Monteiro,
8 representante do segmento de produção cultural; conselheiro Wesley Costalonga,
9 representante do segmento de música; conselheira Natalia Azevedo, representante do
10 segmento de artes plásticas; conselheira Wanderléya de Oliveira, representante do segmento
11 de dança, e conselheiro Wesley de Araújo Miguel, representante do segmento de bandas
12 marciais. Também presentes os visitantes Renata e Madson (Teatro Circense Andança),
13 Alexandre Motta (artes cênicas), Mirele Maravilhas (música e cultura popular), Monica
14 Valverde (presidente do Afro Serra), Marcelo Moraes (cultura de rua, música e produção
15 cultural), Luciana Viveiros (presidente do COMTUR), Mônica Mendonça de Lima (COMTUR),
16 Márcia Ganem (produção cultural), Claudio Lima, Luciano Cavalcanti, Inez Petri, Gisele Goulart,
17 Leonardo Stadler, Pedro Fernandes (ator), Marcio Werderits (operador de áudio) e demais
18 participantes e ouvintes. Foram realizadas leitura e aprovação da ata referente à assembleia
19 ordinária ocorrida no mês de maio, e, em seguida, foi feito o chamamento oral dos
20 conselheiros. Foi anunciada a pauta, sendo: i) apresentação da nova vice-presidente do CMC, ii)
21 pedidos de pagamentos atrasados, iii) informações sobre o Projeto Estruturante, iv)
22 informações sobre a Lei Municipal do ISS, v) informações sobre as ações emergenciais – leis
23 federais e estaduais, vi) notícias do novo "GT Pandemia", com recebimento de proposta do
24 Fórum Popular de Cultura, vii) aprovação do novo escopo do edital público do Fundo Municipal
25 de Cultura, adaptado para projetos que preservem o distanciamento social, viii) notícias sobre
26 protocolos e procedimentos para a abertura gradual dos espaços de cultura, ix) notícias sobre
27 novas ações, do ponto de vista do IMCE, em relação aos projetos on-line, x) notícias sobre o
28 CCRL – obra do telhado, recuperação do cinema e do teatro, xi) informações sobre o Teatro D.
29 Pedro, e xii) informes gerais. Dando início ao primeiro ponto da pauta, foi feito o anúncio da
30 nova vice-presidente do CMC, indicada pelo IMCE, Gisele Goulart, a qual recebeu as boas-
31 vindas e lhe foi dada a palavra para se apresentar. Gisele, turismóloga especializada em
32 hospitalidade, ressaltou a ligação íntima entre a cultura e o turismo e disse que o IMCE a
33 indicou como vice-presidente do CMC para que ela pudesse ajudar e somar no que fosse
34 preciso, entendendo ser esta indicação uma missão dada a ela. Também tomou posse a

35 conselheira Mônica Mendonça de Lima, representando o Conselho Municipal de Turismo-
36 COMTUR, à qual também foram dadas as boas-vindas e a palavra. Mônica destacou a
37 necessidade do COMTUR de se envolver com a cultura, visto que turismo e cultura andam de
38 braços dados. Disse que trabalha com qualificação para o turismo e que espera colaborar com o
39 CMC na contemplação das necessidades do turismo caminhando junto com a cultura. Dando
40 prosseguimento à pauta, passou-se para o próximo ponto, sobre pedidos de pagamentos
41 atrasados. Marcos Pinho quis, primeiramente, corrigir sua fala registrada na ata anterior, em
42 que ele informou que os processos de pedidos de pagamentos encontravam-se na Secretaria
43 de Fazenda. Explicou que, na verdade, estes processos ainda estavam no IMCE sob a análise da
44 Assessoria Jurídica. Informou que o Instituto tem a relação de todos os processos que entraram
45 com o pedido de reconhecimento de dívida e que aqueles que já foram analisados
46 juridicamente serão encaminhados para a Secretaria de Fazenda, ainda esta semana, para
47 pagamento. Disse que perfaz um total de vinte e dois processos a serem vistos, sendo que seis
48 destes já passaram pela análise. Reforçou o compromisso do diretor-presidente do IMCE de
49 realizar o pagamento de todos os processos, desde que contenham robustez de comprovação.
50 Informou que o IMCE está pleiteando um valor de um pouco mais de 500 mil reais para quitar
51 estas pendências e que, por ora, serão executados um pouco acima de 300 mil reais de
52 pagamento àqueles projetos já analisados, sendo que, à medida que o orçamento chega, os
53 processos serão encaminhados à Secretaria de Fazenda. Diana Iliescu solicitou que, na próxima
54 reunião, o IMCE atualizasse as informações em relação a estes pedidos. Certificando-se de que
55 mais ninguém quisesse fazer alguma consideração a respeito do que foi colocado, passou-se
56 para a próxima pauta, a respeito do Projeto Estruturante, site do CMC com vários tipos de
57 informações sobre a cultura local. Márcia Ganem, uma das integrantes da Comissão do Projeto
58 Estruturante, foi convidada a falar pelo grupo. Ela prestou contas sobre um pedido feito pela
59 comissão, no dia 14 de março, para que fosse iniciado, em caráter emergencial, o
60 cadastramento dos artistas e, a partir daí, começar a formar um banco de dados. Porém, neste
61 íterim, foi sancionada a Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural, que, ao que tudo indica, fará o
62 cadastramento uniforme dos artistas para que eles sejam contemplados por esta lei federal.
63 Sendo assim, foi decidido pela comissão que os trabalhos de cadastramento fossem paralisados
64 para que ela estudasse uma nova adequação à Lei, evitando assim esforço duplo em vão. E que
65 se estima que, a partir da semana que vem, com os trabalhos devidamente afinados, o site
66 estará no ar. Diana Iliescu explicou que a referida Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural foi
67 aprovada por unanimidade no Senado na semana passada e direcionará as verbas do Fundo
68 Nacional de Cultura que não haviam sido executadas em 2019, e mais os recursos de 2020
69 também não executados, aos fundos estaduais e municipais para atender emergencialmente
70 aos artistas e trabalhadores da cultura. Portanto, esta verba passará pelo CMC para alcançar os
71 agentes culturais locais justamente através deste cadastramento a ser lançado pelo Projeto
72 Estruturante. Diana frisou que esta ferramenta, portanto, deverá ser divulgada à maior
73 quantidade possível de pessoas que sejam da área cultural local. Disse estar acompanhando a
74 articulação nacional e estadual da Lei que informará o padrão do cadastro cultural que norteará
75 o Projeto Estruturante. Certificando-se de que não haveria mais nenhuma questão sobre o
76 assunto, passou-se ao próximo ponto, referente à Lei Municipal de Incentivo de ISS. Diana
77 explicou que esta proposta veio concomitante com a Secretaria de Desenvolvimento
78 Econômico e com a demanda da sociedade civil, chegando ambos a se reunirem, juntamente
79 com o IMCE, no final do ano passado, para iniciar uma minuta de lei. Que, dentro do Fórum
80 Popular de Cultura, formou-se um grupo de estudos iniciais para elaboração desta proposta de
81 lei a ser apresentada na próxima reunião. Foi estendido o convite a todos para que

82 participassem deste trabalho. Luciano Cavalcanti, presidente executivo da Sociedade de Amigos
83 do Theatro D. Pedro, se dispôs a ajudar. Marcos Pinho lembrou que foi nomeado novo
84 secretário de desenvolvimento econômico, o qual precisará ser ainda envolvido e sintonizado
85 com esta proposta de projeto de lei. Certificando-se de que não haveria mais nenhuma questão
86 sobre o assunto a ser levantada, passou-se para o próximo item, relativo às informações sobre
87 as ações emergenciais federais e estaduais. Diana Iliescu expôs o estado de emergência dos
88 artistas e trabalhadores da cultura, sendo esta classe, por conta da natureza de suas atividades,
89 uma das que mais sofreu com a paralisação da economia, com o fechamento dos espaços
90 culturais públicos e privados e com as medidas de isolamento social. A Lei Aldir Blanc de
91 Emergência Cultural irá beneficiar os espaços culturais privados, desde que não possuam
92 nenhum financiamento de empresas e nem mantenham relacionamento com o poder público;
93 beneficiará também grupos de teatro e demais coletivos culturais. Diana divulgou o canal
94 “Emergência Cultural” no YouTube, o qual ministra um curso diário de aplicação desta Lei pelas
95 cidades e estados, sendo sua transmissão também partilhada pelo Fórum Popular de Cultura,
96 em sua página no Facebook. Em seguida, passou-se às atualizações das atividades do GT
97 Pandemia, grupo de trabalho criado para tratar das questões emergenciais. Este GT, formado
98 pelos conselheiros Diana Iliescu, Lilia Olmedo, Elie Mikail e Marcos Pinho, recebeu uma carta do
99 Fórum Popular de Cultura, endereçada também à Comissão de Projetos Culturais, indicando
100 como os artistas locais acham que seria a maneira mais democrática do CMC executar a verba
101 do Funcultura. Lilia Olmedo sugeriu que fosse agendada uma reunião com o poder público o
102 mais breve possível, para que fosse certificada a urgência do lançamento do edital. Marcos
103 Pinho respondeu positivamente ao pleito e aproveitou para relatar os últimos acontecimentos
104 acerca do edital do IMCE e que poderá se estender ao edital do Fundo, como consequência.
105 Recordou que, após o lançamento do edital on-line do IMCE, este recebeu diversas colocações
106 da classe artística, ocasionando a sua suspensão para reformulação de seu termo de referência,
107 com base nos questionamentos encaminhados. Com isto, todo o processo de elaboração foi
108 reiniciado, prevendo-se inclusive novos prazos de inscrição. Neste ínterim, o Ministério Público
109 Eleitoral abriu um procedimento preparatório de inquérito para averiguar se, com a abertura
110 deste edital, haveria uma burla à lei eleitoral. Diante de mais esta circunstância, o edital agora
111 se mantém suspenso, aguardando o parecer do MPE para, aí sim, ser republicado. Continuou
112 dizendo que não só este edital, mas todas as ações ou propostas do IMCE, precisarão, daqui
113 para frente, serem submetidas ao MPE para que, futuramente, não haja empecilhos e nem
114 suspensões nas execuções por parte da justiça eleitoral. Marcos disse ainda que a Assessoria
115 Jurídica do IMCE fez uma defesa extensa, mostrando que o lançamento deste edital e dos
116 demais posteriores não se configuraria como benesse aos artistas, mas sim como a contratação
117 de seus serviços, por meio de chamada pública, para que o artista possa receber por isto. Ele
118 justificou como sendo este o motivo pelo qual o edital não ter sido ainda lançado, já que, no
119 momento, está dependendo tão somente do entendimento da Promotoria de que esta é uma
120 ação de continuidade das políticas públicas, respaldada pela Lei do SMC. E que esta Lei prevê
121 que é missão do IMCE, em qualquer tempo, promover a cadeia produtiva local, com a diferença
122 de que, dado o período de isolamento social imposto pela pandemia, buscou-se inovar as
123 ações, procurando viabilizá-las por meio das transmissões virtuais. Completou sua explicação
124 dizendo que, com base no procedimento aplicado pelo MPE, qualquer ação ou proposta do
125 IMCE a ser transmitida de forma on-line, incluindo o edital do Fundo a ser debatido nesta
126 reunião, deverá, daqui por diante, ser encaminhada à Promotoria para ser avaliada. Perguntado
127 se o documento emitido pelo MPE é público e se o CMC poderia acessá-lo, Leonardo Cerqueira
128 confirmou que esta ação não está correndo em segredo de justiça. Cerqueira complementou

129 dizendo que esta averiguação por parte do MPE não é específica para a pasta da cultura e nem
130 proíbe o IMCE de fazer o edital, mas, antes, vem questionar os atos do prefeito enquanto
131 futuro candidato, quando ele autoriza este tipo de licitação neste período, o que poderá vir a
132 ferir a legislação eleitoral, segundo entendimento do Ministério Público. Esclareceu que foram
133 dois atos subsequentes: o primeiro foi a suspensão do edital para atendimento aos artistas,
134 com a determinação da presidência do IMCE de que se tentasse refazê-lo de forma que o
135 tornasse mais viável a todos. Depois disso, antes mesmo que fosse disponibilizado o novo
136 termo de referência, é que o MPE abriu o procedimento preparatório de inquérito, acarretando
137 a decisão do IMCE de novamente suspender o edital, desta vez para que não se corresse o risco
138 de que ele fosse impugnado mais adiante. Falou também que a Assessoria Jurídica do IMCE, em
139 sua defesa, se cercou de informações fundamentadas na legislação e no funcionamento do
140 SMC, procurando esclarecer que não se trata de distribuição de recursos ou de fornecimento
141 de vantagens a um determinado grupo de pessoas, mas sim de ser uma mera execução das
142 políticas públicas culturais da cidade. Marcos Pinho complementou que, no documento de
143 defesa, foram anexadas diversas minutas similares de outros municípios que estão neste
144 mesmo contexto, como demonstração de que estas são ações inéditas por conta deste
145 momento diferenciado, mas que é, também, a procura do cumprimento alternativo, por parte
146 do poder público, de implantação de políticas públicas culturais. Esta decisão da suspensão do
147 edital foi enviada ao Delca, que oficialmente se incumbem de receber todos os questionamentos
148 e pleitos, e que deverá publicá-la em sua página, juntamente com a explicação sobre o motivo
149 que originou esta decisão. Diana Iliescu solicitou que o CMC tivesse acesso ao documento
150 enviado pelo MPE, para que houvesse, por parte do Conselho, o entendimento exato da razão
151 pela qual o edital está impossibilitado de seguir avante neste momento. Lembrou que estes
152 editais fazem parte das medidas de calamidade pública decretadas pelo prefeito, e citou a Lei
153 Aldir Blanc de Emergência Cultural como sendo o respaldo às ações do CMC, que, por meio do
154 Fundo, vem resgatar a economia da cultura local. Com base nestas colocações, Diana
155 encaminhou para votação que o CMC, tendo em mãos o documento emitido pelo MPE,
156 elaborasse uma carta à Promotoria, pedindo celeridade nas suas considerações, liberando o
157 mais rápido possível os editais para sua execução, haja vista a situação difícil e emergencial em
158 que se encontram os artistas e os trabalhadores da cultura da cidade. O encaminhamento foi
159 aprovado por unanimidade. Marcos Pinho ficou de confirmar, junto à Assessoria Jurídica, da
160 possibilidade de acessibilizar este documento ao CMC. Passou-se para o próximo ponto, sobre a
161 aprovação do escopo do edital do Fundo. Diana Iliescu lembrou que o CMC aprovou no ano
162 passado a execução, para este ano, de 270 mil reais em recurso. Que este edital foi elaborado
163 nos moldes tradicionais, com projetos de 10 mil reais e 30 mil reais, mas que, em função da
164 pandemia e do consequente isolamento social, foi pautada para esta reunião a aprovação das
165 modificações deste formato, que deverá se adequar para ser executado de forma on-line.
166 Leonardo Cerqueira ressaltou que, como de fato este edital não pôde ser concluído, e que,
167 como todos os editais custeados com a verba do Fundo necessitam passar pela plenária, será
168 preciso aprovar nesta assembleia o escopo geral do edital para que ele sirva de embasamento
169 aos trabalhos de elaboração do texto, trabalhos estes que cabem à Comissão de Projetos,
170 podendo contar ainda com a ajuda do GT Pandemia. Aconselhou que, no momento em que o
171 termo de referência for concluído, que ele seja submetido ao parecer do MPE para evitar
172 problemas adiante, a exemplo do que aconteceu no primeiro edital. Nesta oportunidade,
173 Natália Azevedo leu o documento elaborado pelo Fórum Popular de Cultura, anteriormente
174 citado nesta ata, propondo formas de execução das verbas do Fundo a serem aplicadas neste
175 edital e consideradas por ele como as mais democráticas para o momento. O referido

176 documento está transcrito no chat impresso e anexado na presente ata. Leonardo Cerqueira
177 observou que este documento propõe um formato de edital semelhante àquele lançado pelo
178 IMCE, com o adicional de que os possíveis equívocos verificados neste edital possam ser
179 corrigidos pela Comissão de Projetos. Foi passada a palavra à Márcia Ganem, que destacou a
180 relevância de salientar, na carta do CMC a ser enviada ao MPE, a tipicidade emergencial do
181 edital, visto que a legislação realmente não permite que estes atos ocorram no período
182 eleitoral. Citou também a importância do CMC de se manter na legalidade, e, com base nisso,
183 sugeriu que fosse expresso no texto do edital que, em razão do isolamento social imposto pela
184 pandemia, os projetos inscritos não serão vinculados ao Plano Municipal de Cultura, conforme
185 manda a lei do SMC. Leonardo Cerqueira respondeu que é de fato pertinente que esta proposta
186 seja encaminhada e votada, uma vez que a lei do Sistema diz que o Funcultura só custeia
187 projetos que estejam em consonância com o PMC. Lembrou, em contrapartida, que existe uma
188 parte do Plano em que são apresentadas as diretrizes que poderão ser a alternativa para
189 nortear os proponentes, sem que, no entanto, haja a obrigatoriedade destas indicações
190 estarem presentes nos projetos inscritos. Encaminhou a proposta, complementando que esta
191 seria uma forma de se manter na legislação. Diana Iliescu argumentou que, de qualquer modo,
192 em função da aprovação da Lei Aldir Blanc e dos decretos de calamidade pública, esta renda
193 mínima aos artistas precisa ser garantida. Marcelo Moraes observou que não adianta o edital
194 pagar somente o produto sem que o artista possa arrecadar recursos para sua sobrevivência ou
195 subsistência, já que esta é a proposta do edital. Diana respondeu que existem dois conceitos
196 neste edital: o primeiro é o de servir exclusivamente para ser uma renda emergencial e salvar
197 aqueles trabalhadores que não estão obtendo nenhuma fonte de renda. Neste caso, o objeto
198 passa a ser mais simples e abrangente, conforme proposto pelo Fórum, e cada um deverá usar
199 sua própria linguagem, de custo baixo, alcançando, dessa forma, o máximo de artistas a serem
200 beneficiados. O outro conceito é o de buscar aumentar um pouco mais o valor e se preocupar
201 mais com o produto final, seja de que linguagem for, mas podendo prever a contratação, por
202 parte do proponente, de outros serviços necessários à realização do projeto. Nessa situação,
203 serão menos projetos selecionados por valores maiores. Colocou estes apontamentos a serem
204 considerados e debatidos pelos presentes. Leonardo Cerqueira recomendou que fosse
205 aprovado o máximo de definições para o formato do edital, de modo que a Comissão de
206 Projetos trabalhe com o respaldo da decisão da plenária. Pedro Fernandes perguntou como
207 será a forma de contratação, se por CPF ou CNPJ mais certidões, e Cerqueira respondeu que, se
208 for por CPF, o proponente ficará suscetível aos inevitáveis descontos de impostos quando do
209 pagamento. Se a inscrição for por pessoa jurídica (CNPJ ou MEI), esta terá de arcar com os
210 impostos em nota fiscal e apresentar as certidões que hoje são possíveis de serem obtidas on-
211 line. Diante da manifestação de todos de já votar nesta hora os valores e a distribuição de
212 projetos, abriu-se para a plenária, em forma de consulta pública, o lançamento de propostas a
213 serem escolhidas para votação. Natália Azevedo apresentou a seguinte proposta: 10 projetos
214 no valor de R\$ 5.000,00; 50 projetos no valor de R\$ 3.000,00, e 40 projetos no valor de R\$
215 1.750,00. Mirele Maravilhas encaminhou outra proposta: 10 projetos no valor de R\$ 5.000,00;
216 50 projetos no valor de R\$ 3.000,00, e 50 projetos no valor de R\$ 1.400,00. Na escolha da
217 proposta a ser votada, venceu esta última, conforme manifestado pelos presentes e registrado
218 no chat impresso e anexado na presente ata. Para definição do escopo do edital a ser
219 trabalhado, Diana Iliescu separou os debates em 3 votações, sendo a primeira para aprovar se o
220 CMC irá abrir mão dos projetos do PMC para este edital, considerando o decreto de calamidade
221 pública e o momento de isolamento social, que não permitem que haja esta vinculação com o
222 Plano. Neste ato, o CMC aprovou, por unanimidade, que, diante da situação apresentada, o

223 edital não precisaria seguir a lista de projetos do PMC. Leonardo Cerqueira sugeriu, ainda
224 assim, que seja especificada no edital a opção do proponente seguir ou não as propostas ou
225 diretrizes do Plano, sem que isto, porém, acarretasse em prejuízo quando da pontuação do
226 trabalho apresentado. A segunda votação dizia respeito à definição de valores e projetos, sendo
227 aprovada a proposta que contempla 10 projetos no valor de R\$ 5.000,00; 50 projetos no valor
228 de R\$ 3.000,00, e 50 projetos no valor de R\$ 1.400,00, permitindo tanto CPF quanto MEI e CNPJ
229 na inscrição. A terceira votação referiu-se à definição de número máximo de inscrição e se ela
230 se daria em uma ou mais linhas de preço. Após defesas e contraditórios manifestados pelos
231 presentes, a plenária votou a favor de que cada proponente pudesse fazer até duas inscrições,
232 podendo ganhar nas duas (com base em corte por pontos), em qualquer linha de preço,
233 havendo ainda a possibilidade de se inscrever tanto por CPF quanto por CNPJ, ficando assim
234 distribuídos os votos, conforme registro no chat impresso e anexo à presente ata: opção 1, que
235 defendia um projeto/inscrição – Gisele Goulart, Leonardo Cerqueira, Marcos Pinho e Maria
236 Luísa, e opção 2, a que foi aprovada: Aline Castella, Elie Mikail, Lilia Olmedo, Natália Azevedo e
237 Wesley Costalonga. Com isto, foi definido e aprovado o escopo geral do edital do Fundo que
238 subsidiará os trabalhos da Comissão de Projetos Culturais. O ponto seguinte da pauta a ser
239 apresentado referiu-se aos protocolos e procedimentos para abertura gradual dos espaços da
240 cultura. Diana apresentou Márcio Werderits, operador de áudio, que tem defendido, há alguns
241 meses, a ideia de que o setor cultural deveria organizar estes protocolos. Disse que já foi feita
242 por ele uma lista de ações que podem vir a ajudar a classe artística a retomar suas atividades,
243 mantendo todos os cuidados necessários para evitar a contaminação. Márcio explicou que sua
244 intenção é a de se adiantar e apresentar ao poder público alguns protocolos garantidores de
245 que a classe artística e cultural não contribuirá para o contágio. Lamentou a falta de
246 mobilização por parte dos artistas no sentido de levar esta proposta ao poder público, o que,
247 segundo seu entendimento, implica que a classe acabe sendo de fato a última a voltar com suas
248 atividades. Diana enfatizou o caráter polêmico da abertura, haja vista a falta de controle, de
249 testes e de procedimentos sanitários que viriam garantir que não houvesse contaminação pelo
250 coronavírus, mas reconheceu ser importante pensar nisso, uma vez que a curva de contágio em
251 algum momento vai se controlar e a reabertura deverá acontecer. Márcio Werderits esclareceu
252 que não se trata de antecipar a reabertura, lotando eventos e provocando aglomerações, mas
253 de planejar e dar acesso ao material de trabalho e aos equipamentos àqueles que produzem
254 eventos, seja em teatros ou nas casas de espetáculos, enfim, nos espaços culturais. Resumiu
255 que o que ele defende é que seja adotado um protocolo que garanta aos artistas e técnicos o
256 mínimo de segurança e fiscalização para seu retorno às apresentações de sua arte de forma on-
257 line. Acrescentou que, se os espaços comesçassem com o processo de abertura sem plateia,
258 seria este um bom facilitador para a execução do edital de projetos virtuais, uma vez que os
259 artistas e técnicos conseguiriam controladamente produzir de forma segura e com um mínimo
260 de qualidade, com regramento, sem que houvesse exposição destes profissionais ao perigo.
261 Diana Iliescu solicitou ao Márcio que ele encaminhasse este material para o e-mail da secretaria
262 do CMC, para que fosse repassado a todos. Marcos Pinho destacou a importância de se pensar
263 sobre isso em conjunto, de forma a gerar uma minuta para reabertura, proposta pelo setor
264 cultural, a ser entregue ao Gabinete de Crise da PMP, independente do decreto de calamidade
265 pública e da ordem judicial vigentes, que determinam o fechamento dos espaços públicos.
266 Gisele Goulart informou que, desde o mês de abril, está estudando os diversos protocolos
267 internacionais, e que gostaria de contribuir com os debates, se colocando à disposição para
268 passar este material a todos que tiverem interesse. Ponderou que não adianta adotar
269 protocolos sem fiscalização. Que os protocolos de segurança-padrão podem se adaptar à

270 realidade de cada local, sendo que o Ministério do Turismo também já lançou o seu protocolo
271 (transcrito no chat anexado na ata), que engloba os equipamentos de shows abertos e
272 fechados, teatros, assim como o estado do RJ também publicou, envolvendo inclusive o serviço
273 de fiscalização. Salientou que o poder público é o fiscalizador oficial do município, sendo este o
274 motivo pelo qual defende que este documento de protocolos seja gerado por ele. Marcos Pinho
275 encaminhou que o nome de Gisele Goulart fosse incluído no GT Pandemia. Márcia Ganem
276 perguntou se na prática algumas ações no Centro de Cultura, as quais ela considera essenciais e
277 básicas, serão de fato realizadas quando da sua reabertura, como a manutenção mais intensa
278 da limpeza dos seus banheiros públicos, o destacamento de mais pessoas para o serviço da
279 faxina, a aferição de temperatura dos frequentadores na entrada do prédio, de forma que o
280 público possa estar seguro de adentrar o local. Gisele respondeu que primeiro é preciso seguir
281 o protocolo de liberação dos locais para que possam ser frequentados, e, para tal, será
282 necessário que sejam elaborados os procedimentos-padrão de higienização. Que estes
283 protocolos deverão ser feitos de acordo com a realidade do município. Ressaltou que não se
284 deve misturar política com ações, pois o que vem em primeiro lugar é a saúde de todos. Que
285 elaborar protocolos e cobrar sua execução é fundamental, mas exige muita responsabilidade.
286 Márcio Werderits concluiu que a proposta apresentada por ele não é a de antecipar a
287 reabertura com previsão de público, mas o processo, sem a plateia, para o retorno. Repetiu que
288 é preciso começar a planejar sobre isto. Considerando este assunto bem encaminhado, Diana
289 solicitou a colocação do IMCE relativa à obra do Palácio de Cristal, do Theatro D. Pedro, Centro
290 de Cultura e da Sala de Cinema. Luciano Cavalcanti ponderou que não há como garantir que a
291 reforma do Theatro D. Pedro fique realmente pronta até o final do ano, conforme lido na ata
292 anterior; primeiro porque é uma obra que envolve os sistemas elétrico e hidráulico do prédio,
293 além da restauração, que, por si só, são todos pontos complexos e trabalhosos; segundo
294 porque houve muita redução do número de funcionários envolvidos na execução da obra por
295 conta do distanciamento social, o que fez com que os trabalhos andassem em um ritmo bem
296 menor. Marcos Pinho anunciou que a Caixa Econômica liberou o pagamento de duas das seis
297 medições da obra. As outras quatro estão em análise, sendo que todo este processo de
298 liberação dos pagamentos vem sendo acompanhado pela Coordenadoria de Planejamento e
299 Gestão Estratégica da PMP, juntamente com a Direção de Gestão de Projetos e Convênios, de
300 tal modo que o Theatro possa estar pronto e entregue até o final do ano. Disse que os
301 funcionários responsáveis pela análise das medições estão em home-office, alguns adoeceram,
302 o que ocasionou mais demora no andamento deste trâmite. Ainda sobre o prédio, Luciano
303 Cavalcanti anunciou que a Sociedade de Amigos do Theatro D. Pedro está produzindo um livro
304 de artes que fala sobre a sua construção, sua história e o seu atual processo de restauração.
305 Que o projeto do livro está em análise no escritório central do IPHAN, no Rio de Janeiro, e que é
306 provável que o patrocínio do livro seja feito por meio do Fundo de Cultura, cuja venda será
307 revertida em prol da manutenção do Theatro. Marcos Pinho enalteceu a iniciativa. Continuando
308 sua fala, Marcos noticiou a reforma do telhado do Centro de Cultura, dizendo que o seu
309 término está previsto para os próximos trinta dias. Com relação à Sala de Cinema, bem como o
310 Teatro Afonso Arinos, disse que qualquer ação a ser feita nestes espaços depende antes da
311 conclusão da obra do telhado. Quanto ao Palácio de Cristal, Marcos informou que o prédio não
312 é administrado pelo IMCE, mas que soube que existe uma questão envolvendo o seu projeto de
313 arqueologia, sobre o qual procurará saber mais detalhes. Caminhando para o fim da reunião,
314 Diana Iliescu constatou que o diretor-presidente do IMCE, Renato Freixiela, não tem vindo às
315 reuniões do CMC, apesar dos convites encaminhados, o que, segundo ela, passa a impressão de
316 que ele não está se importando com a cultura local, principalmente no atual momento de

317 dificuldades que os trabalhadores da cultura estão passando e precisando de informações
318 claras e precisas que garantam a sobrevivência de todos eles. Reforçou o pedido para que ele
319 participasse das reuniões do CMC, pois ele é a liderança maior do governo na pasta da Cultura.
320 Marcos Pinho sugeriu que a sociedade civil encaminhasse esta solicitação diretamente a ele,
321 uma vez que os pedidos anteriores já foram devidamente direcionados pela equipe. Elie Mikail
322 perguntou se, na época da publicação do contrato do artista Breno Moraes no Diário Oficial, o
323 MPE já havia notificado o IMCE, ao que foi respondido por Marcos Pinho que não. Elie
324 perguntou também se o IMCE está aberto para receber todo tipo de projeto, e Marcos
325 confirmou que sim, lembrando que, na reunião passada, ele sugeriu inclusive que estes
326 projetos fossem propostos por segmento, e que o diretor-presidente, juntamente com o corpo
327 técnico do IMCE, analisaria e avaliaria sua execução. Elie respondeu que, neste caso, ele irá
328 comunicar a alguns produtores que o procuram que o IMCE está de fato recebendo projetos,
329 independente do edital de emergência. Marcos lembrou, no entanto, que todos os projetos
330 recebidos serão submetidos à avaliação do Ministério Público Eleitoral. Dentro dos informes
331 gerais, Aline Castella divulgou que o Cinema 360 foi contemplado pelo edital da SEC e exibirá
332 todos os sábados do mês de julho, das 19h às 21h, na sua página do Facebook e no seu canal no
333 YouTube, curtas, longas, documentários, animações, filmes de Petrópolis, e convidou a todos a
334 assistir a estas produções. Wesley Costalonga perguntou qual o canal para enviar um
335 miniprojeto que agrega protocolo de saúde, para análise da Comissão de Projetos, ao que foi
336 respondido por Diana que ele poderá enviá-lo por e-mail aos integrantes da comissão ou à
337 secretaria do CMC. Marcos Pinho prestou contas a respeito da distribuição aos artistas de
338 cestas básicas pela Secretaria de Assistência Social, dizendo que é preciso que eles entrem em
339 contato por meio de uma linha telefônica gratuita. Através deste número, será feito um
340 cadastro de solicitação desta ajuda, e a Secretaria de Assistência Social irá fornecer as cestas à
341 medida que tiver disponibilidade. Certificando-se de que ninguém mais gostaria de fazer
342 alguma consideração, Diana encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos. Foi
343 lavrada por mim, Maria Luísa Rocha Melo, 1ª secretária do CMC, a presente ata, assinada
344 juntamente com a presidente do CMC, sra. Diana Iliescu. Petrópolis, 13 de julho de 2020.

Diana Iliescu
Presidente

Maria Luísa Rocha Melo
1ª Secretária